

## **ESTUDO DO GÊNERO NO BRASIL: ABORDAGENS TEÓRICAS, DESAFIOS SOCIAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS.**

Wesllyanne Fernandes de Andrade<sup>1</sup>

Inácio José Almeida Costa<sup>2</sup>

Andriely Aguiar de França<sup>3</sup>

Yan Lucas Soares Marques<sup>4</sup>

Joshua Davinci Nunes Rocha<sup>5</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Os estudos de gênero passaram por um desenvolvimento significativo nas últimas décadas, refletindo as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais ocorridas no Brasil. Trata-se de um campo interdisciplinar que investiga as construções sociais das identidades e dos papéis de gênero, bem como as desigualdades e as relações de poder que delas decorrem. No contexto brasileiro, sua emergência está intrinsecamente ligada aos movimentos feministas e às lutas pelos direitos das mulheres, ganhando força especialmente durante o processo de redemocratização após o regime militar. Esse período marcou a abertura de espaços para debates sobre direitos humanos, e, progressivamente, o campo expandiu sua análise para abarcar temas como sexualidade, raça, classe, etnia e outros eixos interseccionais.

A partir das décadas de 1970 e 1980, os estudos de gênero no Brasil ganharam destaque, com pesquisas que abordaram questões cruciais como violência doméstica, representação política, trabalho reprodutivo, masculinidades, feminismos negros e decoloniais, além das lutas da comunidade LGBTQIAP+. Instituições de referência, como o Núcleo de Estudos de Gênero (PAGU) da UNICAMP, o Centro de Estudos Feministas da UFSC e o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) da UFBA, consolidaram o campo academicamente. Contudo, sua atuação transcende o ambiente acadêmico, influenciando os debates públicos com forte dimensão política.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - Campus Natal Central, [wesllyanne.f@escolar.ifrn.edu.br](mailto:wesllyanne.f@escolar.ifrn.edu.br);

<sup>2</sup> Graduando pelo Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - Campus Natal Central, [inacio.costa@escolar.ifrn.edu.br](mailto:inacio.costa@escolar.ifrn.edu.br);

<sup>3</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - Campus Natal Central, [andriely.a@escolar.ifrn.edu.br](mailto:andriely.a@escolar.ifrn.edu.br);

<sup>4</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - Campus Natal Central, [yan.marques@escolar.ifrn.edu.br](mailto:yan.marques@escolar.ifrn.edu.br);

<sup>5</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - Campus Natal Central, [joshua.rocha@ifrn.edu.br](mailto:joshua.rocha@ifrn.edu.br).



Esses debates resultaram em avanços legislativos importantes, a exemplo da promulgação da Lei Maria da Penha (2006), da inclusão do feminicídio no Código Penal (2015) e da criminalização da homofobia e da transfobia (2019), contribuindo diretamente para o enfrentamento da violência e a promoção dos direitos da comunidade LGBTQIAP+.

Apesar dos avanços obtidos e do impacto positivo nas políticas públicas, os estudos de gênero no Brasil enfrentam desafios persistentes, notadamente o crescimento do conservadorismo político e a disseminação de discursos distorcidos sobre o campo. Esse contexto aponta para um dos principais obstáculos atuais: a desinformação. Diante desse cenário, torna-se necessário investigar de que modo os estudos de gênero podem contribuir de forma eficaz para o enfrentamento dessas resistências e para a sustentação do projeto de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

O presente estudo está configurado como uma Revisão Sistemática da Literatura. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, que tem como objetivo central mapear e analisar criticamente as produções acadêmicas existentes sobre estudo de gênero.

A escolha por este tema e metodologia se justifica pela importância social do conhecimento produzido. A difusão da produção acadêmica sobre gênero desempenha um papel essencial na formação de uma consciência crítica na sociedade, pois possibilita a desconstrução de estereótipos e a promoção do respeito e igualdade.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Os Estudos de Gênero ganharam força no Brasil a partir da década de 1980, impulsionados pelos movimentos feministas e LGBTQ+. Desde então, este campo de investigação se estabeleceu como essencial para a compreensão das dinâmicas sociais, culturais e políticas do país, analisando como as construções de gênero são moldadas por questões complexas de raça e classe, características singulares do contexto brasileiro. A importância de considerar essas interseções para analisar as desigualdades, fornecendo uma base robusta para a análise da relação entre gênero e sociedade, que reflete não apenas desigualdades estruturais, mas também as resistências e avanços sociais.



Uma contribuição fundamental dos Estudos de Gênero no Brasil é a valorização das vozes e experiências de mulheres e pessoas LGBTQ+ de diferentes contextos sociais. Isso inclui a perspectiva de mulheres negras e indígenas para uma compreensão mais ampla das dinâmicas de gênero. Por exemplo, Lélia Gonzalez (1988) introduziu o conceito de "amefricanidade" para destacar a experiência única das mulheres negras nas Américas. A análise histórica da construção dos papéis de gênero, conforme Pinsky (2009), é essencial para entender a perpetuação das hierarquias, mostrando que a opressão de gênero está intrinsecamente ligada às políticas públicas, ao mercado de trabalho e ao sistema educacional.

Além de buscar entender as dinâmicas sociais, os Estudos de Gênero no Brasil exploram a relação com políticas públicas e direitos. A pesquisa tem a capacidade de fornecer subsídios para a formulação de políticas mais justas. A Lei Maria da Penha, que combate a violência doméstica, é um exemplo prático dessa aplicação, e estudos sobre o hiato salarial, como os de Silva e Augusto (2021), demonstram que a desigualdade de gênero é um fator estrutural. Dessa forma, o campo não só busca compreender, mas também transformar as estruturas sociais em busca de maior justiça e equidade.

O movimento feminista no Brasil se fortaleceu ao longo dos séculos XX e XXI, desdobrando-se em diferentes vertentes como o feminismo liberal e o feminismo negro, que abordam a igualdade de gênero em intersecção com raça e classe. Paralelamente, o movimento LGBTQIA+ tem conquistado avanços na luta por igualdade e proteção contra a homofobia, enquanto o movimento de mulheres negras evidencia os obstáculos marcados pela intersecção entre machismo e racismo.

Apesar dos progressos e da atuação essencial dos movimentos sociais, os avanços acadêmicos e a implementação de políticas de saúde e educação voltadas para a diversidade de gênero encontram barreiras significativas. A instrumentalização política do termo "ideologia de gênero" tem sido usada por discursos conservadores e fundamentalistas para desqualificar pesquisas e iniciativas educacionais, buscando restringir o debate nas escolas e universidades, conforme analisado por Junqueira (2018). O pouco investimento em programas de prevenção à violência e a aplicação efetiva das leis também se mostram como entraves.



Como resultado, as desigualdades de gênero persistem de forma alarmante no Brasil. Dados do IBGE (2022) indicam que as mulheres recebem, em média, 77,7% do salário dos homens, com mulheres negras ganhando 44% menos que homens brancos. No mercado de trabalho, a representatividade feminina em cargos de liderança é baixa, com mulheres ocupando apenas 37,4% dos cargos gerenciais e 15% dos cargos de CEO em grandes empresas (McKinsey & Company, 2022).

A violência de gênero também é um desafio central, com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) registrando 1.463 casos de feminicídio em 2022 e mais de 105 mil denúncias de violência doméstica pelo Ligue 180 no mesmo período. Diante dos desafios impostos pelas resistências institucionais e discursos conservadores, a mobilização da comunidade acadêmica, movimentos sociais e sociedade civil é fundamental. A ciência tem um papel crucial na formulação de políticas que promovam a equidade, garantindo que os debates sobre gênero sejam fortalecidos em prol da construção de uma sociedade mais justa e igualitária

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O estudo de gênero tem como principal objetivo analisar de que forma a masculinidade hegemônica exerce influência nas relações sociais, afetando as oportunidades e escolhas não só de mulheres e crianças, mas também dos próprios homens. Paralelamente, busca desenvolver estratégias para desconstruir esses padrões opressivos. Nesse sentido, os estudos concentram-se em investigar questões diretamente ligadas às dinâmicas de poder e às disparidades de gênero, como violência doméstica, violência sexual, feminicídio, desigualdade econômica e outras formas de assimetria social.

No século XXI, as perspectivas para esse campo apontam para caminhos promissores, embora apresentem desafios. A evolução tecnológica, por exemplo, traz novas questões ao redefinir noções de identidade e interação social por meio da inteligência artificial, realidade virtual e plataformas digitais. No entanto, os estudos de gênero enfrentam resistências significativas em diversas partes do mundo. Movimentos conservadores e governos autoritários tentam deslegitimar o campo, associando-o a uma suposta "ideologia de gênero". No Brasil, esses estudos são particularmente desafiados



por um contexto político marcado por retrocessos em direitos humanos e liberdade acadêmica, exigindo mobilização e resistência da comunidade.

No futuro, será crucial que pesquisadores e ativistas defendam a relevância acadêmica e social desses estudos, combatendo a desinformação e promovendo diálogos construtivos. Além disso, as noções de gênero estão se tornando cada vez mais fluidas e diversas. Os estudos deverão acompanhar e compreender as novas formas de expressão e identificação que emergem, especialmente entre as gerações mais jovens, valorizando identidades não binárias, transgêneros e *queer*, e desconstruindo normas rígidas.

Em constante evolução, o estudo de gênero reflete as mudanças sociais, culturais e políticas de cada época. Seu potencial transformador no futuro dependerá da capacidade de se adaptar a novos contextos, enfrentar desafios e ampliar seu alcance para incluir uma diversidade cada vez maior de vozes e experiências. Dessa forma, o campo continuará a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos de gênero no Brasil têm sido fundamentais para compreender e transformar as desigualdades de gênero, impulsionados pelos movimentos feministas e LGBTQIA+. Ao longo das últimas décadas, essas pesquisas ampliaram seu foco, considerando as interseções entre gênero, raça e classe, e contribuindo para importantes avanços legais e sociais. No entanto, desafios como a violência de gênero, a desigualdade salarial e a resistência conservadora ainda persistem. Assim, o futuro dos estudos de gênero depende de sua adaptação às novas questões sociais e tecnológicas, como a diversidade de identidades e a educação para a igualdade. A educação e a continuidade das pesquisas serão cruciais para enfrentar os obstáculos atuais e tentar promover uma sociedade mais justa e inclusiva. Os estudos de gênero devem continuar a ser um campo essencial para a transformação social, defendendo políticas públicas mais inclusivas e a desconstrução de normas opressivas.

**Palavras-chave:** Estudo de Gênero; Desigualdades, Movimentos Feministas, Comunidade LGBTQIAP+, Políticas Públicas.

## REFERÊNCIAS



BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.104**, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 mar. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm). Acesso em: 10 fev. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acesso em: 10 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: 10 fev. 2025.

MCKINSEY & COMPANY. **Women in the Workplace 2022**. 2022. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/featured-insights/diversity-and-inclusion/women-in-the-workplace>. Acesso em: 10 fev. 2025.

MATTOZO, Elizangela; SANTOS, Luciane Wynnek; FREITAS, Thâmara Karoline Correia de; VELOZO, Emerson Luis. GÊNERO EM FOCO: REFLEXÕES SOBRE DIREITO, CIÊNCIA E EDUCAÇÃO NA BUSCA POR EQUIDADE. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. e 1419, 2024. DOI: 10.23900/2359-1552v13n2-365-2024. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/1419>. Acesso em: 16 fev. 2025.

VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. Gênero não é ideologia: explicando os Estudos de Gênero. (Artigo) In: Café História – história feita com cliques. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/explicando-estudos-de-genero/>. Publicado em: 27 nov. 2017.

